

25 de março de 2020

Principais agregados das Administrações Públicas
2019

Principais Agregados das Administrações Públicas

O INE apresenta os dados dos principais agregados das Administrações Públicas (AP) relativos à estimativa preliminar anual de 2019, tendo como referência a base 2016 das Contas Nacionais Portuguesas.

A estimativa preliminar para o ano de 2019 revela que o setor das AP apresentou um saldo positivo (capacidade líquida de financiamento) de 404 milhões de euros, correspondente a 0,2% do PIB.

As contas do setor das AP apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010) e com as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas¹. Os dados apresentados são enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010² e são consistentes com a primeira notificação de 2020 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também divulgada hoje.

O quadro 1 apresenta os valores provisórios dos principais agregados das AP para o ano de 2019, discriminados por subsetor.

QUADRO 1 – PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – DADOS PRELIMINARES

ANO: 2019

Unidade: Milhões de euro

Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas S.13	Administração Central S.1311	Administração Regional e Local S.1313	Fundos de Segurança Social S.1314
OTE	Despesa total	90 604	66 436	12 013	25 836
OTR	Receita total	91 008	63 157	12 740	28 792
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	404	-3 279	727	2 955

Nota: Para o total da despesa (OTE) e para o total da receita (OTR), a soma dos subsectores não é igual ao valor do total do setor das AP, por efeitos de consolidação de algumas operações.

¹ Este documento está disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-19-007>.

² Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.

De acordo com os dados preliminares, o setor institucional das AP registou uma capacidade líquida de financiamento de 404 milhões de euros em 2019, o que corresponde a 0,2% do PIB. Esta capacidade de financiamento teve origem nos subsetores da Administração Regional e Local e dos Fundos de Segurança Social, uma vez que o subsetor da Administração Central apresentou um saldo negativo.

Em particular, o saldo dos Fundos de Segurança Social aumentou face a 2018 em mais de 900 milhões de euros, em resultado sobretudo do acréscimo de quase 1,5 mil milhões de euros na receita de contribuições sociais, que mais que compensou o aumento na despesa, de onde se destaca o aumento de 1,1 mil milhões de euros da despesa em prestações sociais (exceto transferências sociais em espécie).

O quadro 2 apresenta as principais componentes da receita das AP, tendo os dados relativos aos anos de 2018 e de 2019 naturezas provisória e preliminar, respetivamente.

QUADRO 2 – RECEITAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS *Unidade: Milhões de euro*

Código da operação	Designação da operação	2018	2019
OTR	Receita total	87 695	91 008
	Receita corrente	86 867	90 259
	da qual		
D.2	Impostos sobre a produção e a importação	30 956	32 148
D.61	Contribuições Sociais	23 835	25 342
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	20 681	20 865
D.9	Receita de capital	829	749

A receita total das AP aumentou 3,8% (cerca de 3,3 mil milhões de euros) entre 2018 e 2019. Atendendo à redução observada na receita de capital (-9,6%), aquela evolução positiva resultou exclusivamente do aumento da receita corrente em 3,9%, impulsionada pelo aumento das suas componentes com maior peso relativo: contribuições sociais (+6,3%), impostos sobre a produção e a importação (+3,9%), e, com menor expressão, dos impostos correntes sobre o rendimento e património (+0,9%).

Na estrutura da receita total, destaca-se, face ao ano de 2018, o aumento da importância relativa das contribuições sociais (+0,7 p.p.) por contrapartida de um decréscimo dos impostos correntes sobre o rendimento e património (-0,7 p.p.).

O quadro 3 apresenta os valores das principais componentes da despesa das AP para os anos de 2018 (estimativa provisória) e 2019 (estimativa preliminar).

A despesa total das AP registou um aumento de 2,3% entre 2018 e 2019, determinado pelo comportamento da despesa corrente (variação de 2,7%) uma vez que a despesa de capital diminuiu 3,0%.

Para o aumento da despesa corrente contribuiu principalmente o incremento de 3,8% das prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie, correspondente a perto de 1,3 mil milhões de euros, mas também o aumento de 4,4% das remunerações (+964 milhões de euros). Em sentido oposto, verificou-se um decréscimo de

7,5% na despesa em juros (no montante de 519 milhões de euros), confirmando a tendência decrescente que se vem observando desde 2015.

QUADRO 3 – DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euro

Código da operação	Designação da operação	2018	2019
OTE	Despesa total	88 599	90 604
	Despesa corrente	82 297	84 491
	da qual		
D.1	Remunerações dos Empregados	21 835	22 799
D.62	Prestações Sociais, exceto Transferências Sociais em Espécie	33 472	34 731
D.41	Juros	6 898	6 379
D.9+P.5+NP	Despesa de capital	6 302	6 113

A redução registada na despesa de capital entre 2018 e 2019 (-3,0%) é explicada pela diminuição das aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos, nomeadamente devido à venda de terrenos do município de Lisboa, uma vez que as outras componentes desta despesa, as transferências de capital e a formação bruta de capital, registaram acréscimos de 0,6% e de 4,7%, respetivamente.

Estas variações conduziram a um aumento do peso relativo da despesa corrente no total da despesa das AP, de 92,9% em 2018, para 93,3% em 2019, determinado pela maior importância relativa das prestações sociais exceto transferências sociais em espécie (+0,6 p.p.) e das remunerações dos empregados (+0,5 p.p.) na estrutura da despesa das AP que, no conjunto, representaram 63,5% da despesa total em 2019. Em sentido inverso, os encargos com juros passaram de 7,8% para 7,0% da despesa pública.

Consequentemente, o peso relativo da despesa de capital em 2019 diminuiu 0,4 p.p. face ao que havia sido observado no ano anterior.

O quadro 4 apresenta os saldos das AP para os anos de 2018 e 2019, mantendo-se o caráter provisório e preliminar dos dados de 2018 e de 2019, respetivamente.

QUADRO 4 – SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euro

Código da operação	Designação da operação	2018	2019
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-904	404
	Saldo corrente	4 569	5 768
B.9 - D.41	Saldo primário	5 994	6 783

Os dados preliminares relativos a 2019 revelam que o saldo global das AP melhorou em 1,3 mil milhões de euros entre 2018 e 2019, originando uma capacidade de financiamento de 404 milhões de euros em 2019 (0,2% do PIB). Esta evolução positiva resultou de um acréscimo mais expressivo na receita (+3,8%) do que na despesa (+2,3%). O saldo primário, correspondente ao saldo global líquido da despesa em juros, registou um aumento de 789 milhões de euros face ao ano anterior, atingindo perto de 6,8 mil milhões de euros.